



DAMARES
Pesquisadores da UFRJ criticam campanha do governo pela abstinência sexual entre jovens. O projeto é da ministra Damares.

Página 8

CONGRESSO DO ANDES INDICA GREVE EM MARÇO

Página 6 e 7



PARASITA

Vitória da Adufrj mantém 26,05%

Página 3

EDITORIAL

ESPERANÇAR FAZ BEM

DIRETORIA

Estamos numa conjuntura difícil. Através da proliferação assustadora (mas concatenada) de memes nas redes sociais e de cortes (ou “contingenciamentos”) nos orçamentos das universidades e agências de fomento, o governo e alguns agentes aliados vão minando a existência da universidade pública, gratuita e de qualidade. Temos um ministro da educação que despreza a sua própria categoria, e um presidente que não apenas é ignorante, mas que se esforça brutalmente para sê-lo. Ainda assim, temos algumas razões para sorrir.

NA IMINÊNCIA DAS PERDAS salariais impostas pela reforma da previdência, a AdUFRJ conseguiu sustentar os famosos “26%”. Esta é uma compensação relativa a perdas do Plano Verão, que docentes mais antigos (aqueles que entraram até 2008) tem direito. Tal benefício estava ameaçado graças a uma decisão recente do STF relativa a competência da justiça do trabalho para julgar o mérito da questão, mas a decisão judicial da 10ª Vara Federal garante nossos 26%, ao menos por ora.

OUTRA GRANDE PREOCUPAÇÃO de nossos docentes surgiu na portaria 2.227 de 31 de dezembro de 2019, que, com seu texto extremamente confuso, dava a entender que as universidades só poderiam enviar dois docentes a congressos acadêmicos por vez. Tal medida é tão evidente-

AGENDA

**19/02
16H**

**ENSAIO MINERVA
ASSANHADA**
Campinho da Prefeitura
Universitária (Fundão)

**04/03
10H**

**CONSELHO DE
REPRESENTANTES**
Sala D220 - CT



mente absurda que gerou reação imediata das universidades, sindicatos e entidades científicas. O MEC recuou e publicou nova portaria sem essa restrição. É apenas uma pequena vitória, mas que não pode ficar no esquecimento.

EM SUMA: 2019 bateu a porta na nossa cara, mas 2020 se apresentou com mais educação. Temos que nos organizar para fazer uma belíssima volta as aulas (apesar dos pesares do ENEM), organizar um grande dia das mulheres e fazer com que o dia 18 de março seja tão central quanto foi o 15M no ano passado. Temos força pra isso, é só não perdermos o ânimo nem a esperança.



AdUFRJ ganha na Justiça e consegue manter os 26,05%

> Decisão foi obtida pelos advogados da AdUFRJ na noite de quarta-feira, 5, e ampara cerca de cinco mil professores. O corte dos 26,05% já era esperado para a próxima folha de pagamento

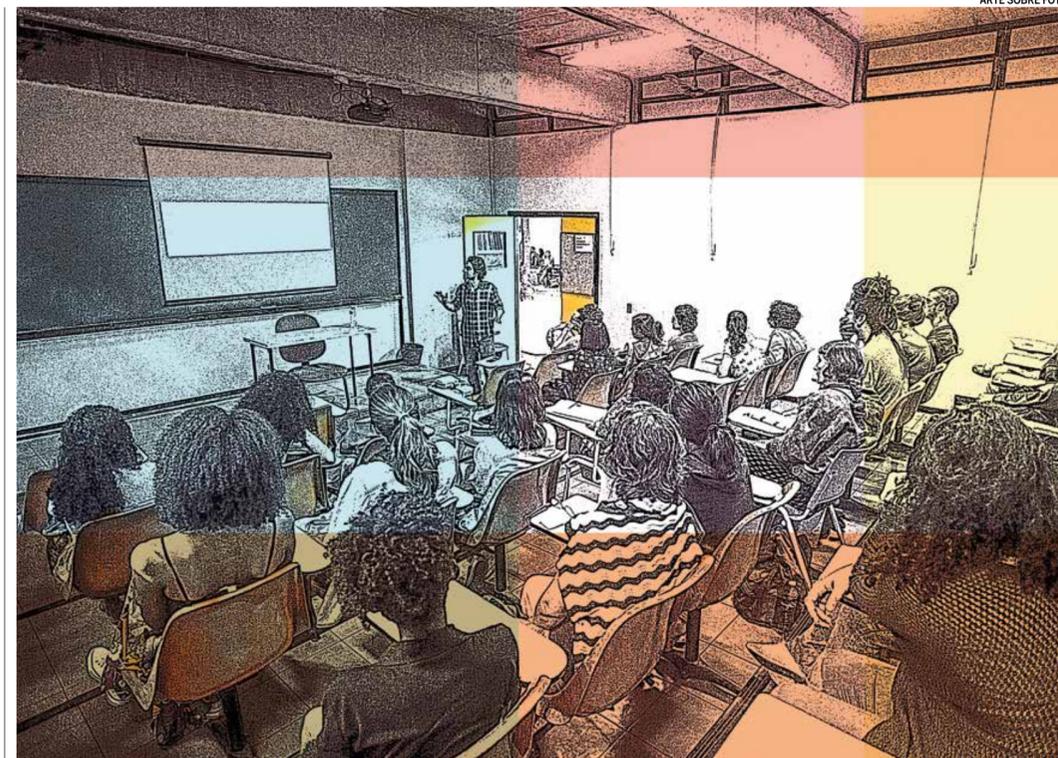
KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Uma boa notícia para quase cinco mil professores da UFRJ, entre ativos e aposentados. A AdUFRJ conseguiu decisão judicial favorável à manutenção do ganho judicial dos 26,05%, relativos ao Plano Verão de 1989, nos contracheques. Foi o que determinou o juiz Alberto Nogueira Junior, da 10ª Vara Federal, na noite de quarta-feira, 5 de fevereiro.

“Está fora de questão, assim, por absoluta impossibilidade de sua rediscussão, o direito dos servidores substituídos pela autora de receberem o índice de 26,05%, relativo à URP de fevereiro de 1989, com incidência nas parcelas salariais obtidas a partir de 01.03.1989”, concluiu o juiz Alberto Nogueira. Ele atendeu ao apelo dos advogados da AdUFRJ e determinou a continuidade do pagamento.

O percentual seria cortado por um parecer da Procuradoria-Geral Federal (PGF), e confirmado por uma nota do Departamento de Contencioso da própria PGF, do dia 28 de janeiro. O governo alegava que o ganho judicial daquela época já foi absorvido por reajustes posteriores concedidos aos docentes.

A tentativa de supressão do ganho judicial teria como base uma deliberação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Moraes julgou que a Justiça Trabalhista não poderia apreciar a sentença transitada em julgado que beneficiou os professores da universidade. A ação da AdUFRJ é anterior à



ARTE SOBRE FOTO

criação do Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores, de 1990.

O juiz Alberto Nogueira, em seu despacho, deixou claro que a decisão de Moraes “não desconsiderou a autoridade e a eficácia da coisa julgada”. Apenas declarou que a competência para decidir seus efeitos passaria à Justiça Federal, após a implantação do RJU.

Na sexta-feira (7), a assessoria jurídica da AdUFRJ comunicou a reitoria da UFRJ sobre o pare-

cer do juiz. “Diante da decisão, deve ser mantido o pagamento da vantagem denominada 26,05%, na folha de pagamento deste mês”, diz um trecho do ofício. E completa: “Caso já tenha havido a supressão da rubrica no contracheque de algum docente, que a mesma seja restabelecida imediatamente”.

A advogada Ana Luísa observa que a medida contempla os aposentados. “Se algum aposentado sofrer o corte, deve procurar o

atendimento jurídico da AdUFRJ”, afirma. É necessário ligar para a associação docente para marcar atendimento. Os números são 3884-0701, 2260-6368 ou 99808-0672.

A diretoria da AdUFRJ alerta os sindicalizados que, “com esse governo nada é definitivo e que os docentes devem ficar vigilantes, acompanhando o caso”.

HISTÓRICO

Os 26,05%, recebidos pelos do-

centes que ingressaram na UFRJ até 2006, são resultantes de uma ação antiga da AdUFRJ. O Plano Verão de 1989 congelou os salários e extinguiu o reajuste baseado na variação da unidade de referência de preços (URP), utilizada à época. A consequência foi a retirada do percentual dos salários. Diversos sindicatos entraram com ações na Justiça para recuperar o valor. Em 1993, a Seção Sindical obteve decisão favorável na Justiça do Trabalho.

NOVA PREVIDÊNCIA: CORTES SALARIAIS COMEÇAM EM MARÇO

■ O alívio provocado pela manutenção dos 26,95% não livra os docentes das tumbadas que cairão sobre os contracheques dos servidores federais a partir de março. A redução nos salários será uma das consequências imediatas da reforma da previdência, aprovada no Congresso Nacional, em novembro de 2019.

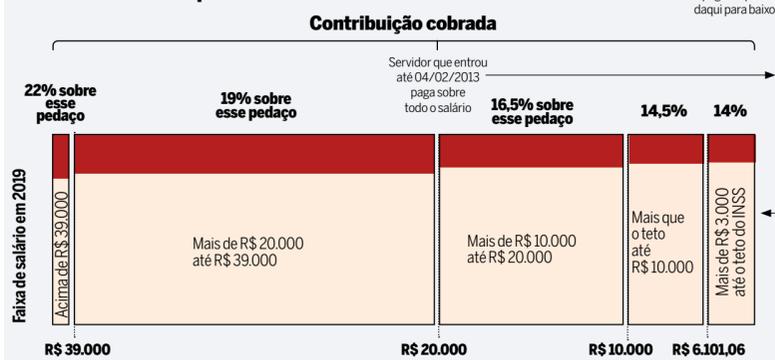
A nova legislação previdenciária aumenta a alíquota de contribuição do funcionalismo público, categoria mais afetada pela reforma. O texto ainda não foi regulamentado. Se a regulamentação não for aprovada até março, o índice será fixado em 14% para todos, contra os

11% atuais. A reforma, porém, estabelece taxas que variam conforme a remuneração bruta, podendo chegar a 22%.

Os índices são aplicados de forma progressiva, ou seja, cobrados apenas sobre a parcela do salário que se enquadrar em cada faixa, reduzindo a alíquota efetiva. Para os professores das universidades federais, o desconto progressivo mais comum deve ser o de 16,5%, aplicado sobre a faixa salarial entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil.

Veja ao lado, como ficará o desconto dos docentes. A assessoria jurídica da AdUFRJ está disponível para sanar dúvidas dos associados.

COMO FICA O DESCONTO? O desconto será por faixas



Novos servidores e os que entraram a partir de 04/02/2013 pagam apenas daqui para baixo

AdUFRJ
EDIÇÃO ESPECIAL: 3 de fevereiro de 2020 - 11 páginas

MINISTRO TUITTEIRO

68 MILHÕES DE IMPRESSÕES NO TWITTER. Em nove meses, o Jornal da AdUFRJ teve forte repercussão na comunidade acadêmica e nas redes sociais. Com artigos e reportagem exclusiva, a publicação analisou as postagens do ministro da Educação no twitter. Em nove meses, Weintraub publicou 3.149 tweets. O jornal se debruçou sobre 255 dessas postagens. Mais de 80% dos posts foram publicados em dias úteis. Cerca de 85% das postagens foram contra a esquerda.

255 TWEETS
204 FORAM DESPACHADOS EM DIAS ÚTEIS

IMAGEM DA SEMANA

REPORTAGEM DESVELA PAPEL DO MINISTRO

■ A edição passada do Jornal da AdUFRJ teve forte repercussão na comunidade acadêmica e nas redes sociais. Com artigos e reportagem exclusiva, a publicação analisou as postagens do ministro da Educação no twitter. Em nove meses, Weintraub publicou 3.149 tweets. O jornal se debruçou sobre 255 dessas postagens. Mais de 80% dos posts foram publicados em dias úteis. Cerca de 85% das postagens foram contra a esquerda.

GUERRILHA IDEOLÓGICA

Abraham Weintraub: Meu twitter, minhas regras: 118 seguidores, 462,3 mil seguidores

68 MILHÕES DE IMPRESSÕES NO TWITTER. Em nove meses, o Jornal da AdUFRJ teve forte repercussão na comunidade acadêmica e nas redes sociais. Com artigos e reportagem exclusiva, a publicação analisou as postagens do ministro da Educação no twitter. Em nove meses, Weintraub publicou 3.149 tweets. O jornal se debruçou sobre 255 dessas postagens. Mais de 80% dos posts foram publicados em dias úteis. Cerca de 85% das postagens foram contra a esquerda.



FERNANDO SOUZA

PR-4 convocou técnicos-administrativos e docentes aprovados no concurso para informar que não poderia investí-los nos cargos. Sindicato busca garantir posse na justiça

Docentes e técnicos são impedidos de tomar posse

> UFRJ diz que governo proibiu novas contratações. Concursados estão apreensivos. Sintufjr entrou na Justiça

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

O Sintufjr entrou com ação na Justiça Federal do Rio, no dia 10, para garantir o direito de 20 aprovados e convocados em concursos da UFRJ, que estão sendo impedidos de tomar posse de seus cargos, pelo governo federal. No grupo, há nove docentes. A ação é plúrima, ou seja, atende a todos os candidatos. A notícia de que não haveria as posses foi passada aos concursados durante reunião com a pró-reitora de Pessoal (PR-4), Luzia da Conceição de Araujo, no dia 16 de janeiro.

Alessandra Aniceto, aprovada em primeiro lugar para vaga efetiva em Saúde Mental do NUPEM (Macaé), está entre os prejudicados. Seu concurso foi homologado em outubro, mas a psicóloga não conseguiu vaga para realizar os exames médicos obrigatórios até a data limite de 2019. A troca de e-mails entre ela e a administração mostra insistentes tentativas dela para agendamento dentro do prazo.

“Recebi um e-mail da universidade dizendo que, independentemente de não fazer a consulta admissional até o dia 18 de dezembro, a posse seria em janeiro de 2020”, relata a docente, que já atuou como substituta na UFRJ entre 2017 e 2018. “Fiz

os exames, no início de janeiro, e três dias depois recebo e-mail dizendo que não posso tomar posse”.

Presente à reunião do dia 16, Alessandra expressa perplexidade com o desfecho: “Não foi apresentado qualquer prazo ou perspectiva para resolver o problema”. De Campina Grande (Paraíba), ela conta que abriu mão do emprego público para ingressar na universidade. “Era psicóloga do município de Itaporanga. Pedi demissão da Prefeitura”.

A expectativa do Sintufjr é positiva. “O governo Temer também tentou impedir posses durante seu governo. E nós revertermos na Justiça”, diz Gerli Miceli, diretora do sindicato. “É um absurdo isso. Não são vagas novas. São vacâncias de aposentadoria e morte. A legislação garante à universidade essa reposição. É mais uma intromissão do governo na autonomia

universitária”. Para a dirigente, a medida pressiona a universidade a realizar contratações fora do Regime Jurídico Único. “Exatamente como propõe o projeto deles, o Future-se”.

No encontro com concursados, a administração da universidade apresentou como justificativa a combinação das determinações do Ofício 01 da Secretaria de Ensino Superior do MEC (Sesu), publicado no dia 8 de janeiro, com a Portaria nº 1.469, de 22 de agosto do ano passado. Ambas suspendem as contratações de docentes (efetivos e substitutos) e técnico-administrativos nas IFEs para o exercício de 2020 até a definição dos limites de provimento pelo Ministério da Educação. A autorização é condicionada aos recursos disponíveis e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por e-mail, a PR4 reforçou restrições pela “necessidade de liberação da LOA e previsão de dotação orçamentária para as Unidades”. Questionada sobre a motivação para que o grupo não fosse incluído na última posse realizada em 2019, a Pró-reitora de Pessoal respondeu que “não houve tempo hábil para que essas pessoas tomassem posse no dia 17/12/2019 seja por desistência de uns e reinício do processo com outro interessado, seja por pendências em documentação e/ou exames médicos”.

ADUFRJ ENDOSSAÇÃO

A diretoria da AdUFRJ acompanha a tramitação da ação e estuda também meios de garantir a posse desses docentes. “A virada de 2019 para 2020 foi recheada de abusos e equívocos de Brasília. É mais uma provocação que provavelmente iremos reverter na justiça. Mas é terrível conviver com um governo que parece ter como meta atrapalhar a vida das pessoas”, declarou a presidente Eleonora Ziller.

MEC RECUA E DERRUBA PORTARIA QUE RESTRINGIA VIAGENS

Diante da articulação da comunidade científica, o Ministério da Educação voltou atrás e revogou a portaria 2.227 de dezembro de 2019, que limitava a dois o número de professores e servidores em viagens para eventos fora da sua unidade. Publicada no último dia 06, a nova portaria do Ministério suprimiu o artigo que tratava especificamente do tema. Porém, mantém a obrigatoriedade de comunicação oficial ao Ministério da Educação

através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, em viagens com ou sem ônus.

A portaria 2.227 foi publicada no dia 31 de dezembro, quando boa parte da comunidade acadêmica estava em recesso. A decisão foi duramente criticada nas universidades. No último dia 23, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) entregaram uma carta ao MEC exigindo a revisão da

decisão.

Assinada por mais de 60 entidades científicas, a nota explicava a importância da circulação dos pesquisadores para a troca de conhecimento, e que a restrição de viagens afetaria o desenvolvimento científico nacional. “Sem dúvida, a articulação da comunidade acadêmica influenciou no recuo do governo”, disse o professor Ildeu Moreira, presidente da SBPC.

“A portaria criava um grave

problema para a ciência brasileira. Agora, estamos analisando a nova portaria para medir seus impactos”, contou o professor do Instituto de Física da UFRJ. Para Ildeu Moreira, a mobilização foi importante, mas o cenário geral exige mais. “Foi uma pequena vitória, diante do atual cenário de descalabro e desmonte das políticas para ciência”, falou. “É importante agora que a comunidade científica entenda a importância

dessa união”.

No dia 31 de janeiro, a diretoria da AdUFRJ também se manifestou publicamente sobre o documento, tratando-o como um ato que expressa “o indesejável desejo de controle e sufocamento da produção de conhecimento”.

Até o fechamento dessa edição, a PR-6, responsável pela emissão de passagens na UFRJ, não retornou as ligações do **Jornal da AdUFRJ**. (Lucas Abreu)

“Endowments” em debate: legislação divide opiniões

> Nova lei sobre fundos patrimoniais vale desde janeiro de 2019. Bolsonaro vetou artigos importantes, como a isenção fiscal e o direcionamento de um percentual das privatizações

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Permitir que o ex-aluno possa contribuir financeiramente para a universidade que o formou. Ou que uma empresa ajude a construir a biblioteca de determinada unidade. Estas são algumas facilidades prometidas pelos chamados fundos patrimoniais – ou endowments – que começaram a sair do papel a partir da publicação da lei nº 13.800, de janeiro de 2019.

“Não existe isso de doar dinheiro para UFRJ. Hoje, não vejo nenhuma forma disso acontecer, a não ser pelos endowments”, afirmou Fernando Peregrino, diretor-executivo da Coppetec, uma das duas fundações de apoio da universidade.

Pela legislação brasileira, os fundos são fontes de recursos de longo prazo para apoiar instituições relacionadas à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação e à cultura, entre outras finalidades. As doações de pessoas físicas e jurídicas e o patrimônio constituído devem ser geridos por uma organização externa à instituição apoiada.

O dinheiro aplicado nos fundos será preservado em situações de crise da instituição apoiada. Pela lei, haverá uma segregação patrimonial, com a criação de um novo CNPJ para o fundo. “A criação desse novo cadastro é para que o doador tenha segurança do caminho que o dinheiro está seguindo. Ele não pode se misturar com dinheiro da instituição e, por isso, tem um processo todo separado”, relata Peregrino. O doador assinará um termo com a fundação. “O doador dirá onde quer o dinheiro”.

“É como se fosse um colchão de molas. As entidades têm ali uma quantidade de recursos pre-



DEBATE Confies organizou seminário com representantes de universidades para discutir doações

servados, que gera rendimento”, explica a advogada especialista em endowments, Erika Spalding. Segundo ela, “há uma longa tradição dessas políticas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa”.

Somente o fundo da norte-americana Harvard alcançou a soma de US\$ 40,9 bilhões em 2019. Também no ano passado, o de Stanford contabilizou US\$ 27,7 bilhões. Já o da Universidade de Columbia fechou aquele exercício fiscal gerindo US\$ 10,95 bilhões.

Para o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, a proposta das endowments é interessante, se for ajustada com a contrapartida tributária brasileira. “Nos EUA, a doação dá um bom desconto no imposto de renda. A legislação tributária americana é severa ao taxar a renda”, afirma. “Além disso, a alíquota máxima sobre a

herança também é maior. Para o americano, os benefícios dessas doações são muito maiores. Os grandes milionários passam a olhar os fundos como um destino de seus recursos para as universidades, que dão um status”, completa.

Ao sancionar a lei, o presidente Jair Bolsonaro vetou artigos como a isenção fiscal e o direcionamento de um percentual da receita de privatizações para os fundos patrimoniais. A prática é usual em outros países. “A República Checa inovou com o uso de 1% dos recursos provenientes de recentes privatizações em fundos patrimoniais”, conta Erika.

Apesar das dificuldades, os primeiros fundos patrimoniais brasileiros já foram criados, como o da PUC-Rio e da Fiocruz. A UFRJ ainda não tem, mas a Coppetec avança para anunciar o seu. “Nossa fundação de apoio

já fez um bom trabalho para institucionalizar seu fundo. Estamos quase prontos para receber doações”, diz Peregrino.

EM DEBATE

Para desenvolver o tema dos fundos patrimoniais na Educação e na Ciência do país, o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies) realizou dois seminários. O primeiro, em Maceió, no dia 28 de janeiro, contou com 79 representantes de universidades, institutos de pesquisa e especialistas. Já o segundo, no Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro, reuniu 144 pessoas, superando as expectativas. “Tem muita gente querendo desbravar as fronteiras entre financiamento e a ciência e tecnologia”, explica Peregrino.

Os encontros tiveram o apoio

ALESSANDRO COSTA



VICE-REITOR Professor defensor de contrapartida tributária

do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Para o diretor administrativo da Finep, André Godoy, cabe à agência de fomento e ao MCTIC auxiliarem na expansão dessa discussão e na estruturação das instituições para viabilizarem seus próprios fundos. Marcelo Meirelles, diretor do departamento de estruturas de custeio e financiamento de projetos do MCTIC, concorda. “Os fundos têm um potencial de crescimento enorme”.

MUSEU NACIONAL

O incêndio do Museu Nacional, em setembro de 2018, impulsionou a nova legislação. Na exposição de motivos da Medida Provisória que se converteu na lei 13.800, a tragédia foi diretamente mencionada: “Torna-se evidente a urgência desta medida provisória, sobretudo tendo em vista o incêndio do Museu Nacional, em seu bicentênio”, diz um trecho. “Sendo assim, a criação de Fundos Patrimoniais permitirá às distintas instituições, tal qual o Museu Nacional, receberem recursos de origens privadas, nacionais e internacionais, para além daquilo que já recebem por meio do orçamento público”.

NOTAS

EM DEPOIMENTO NO SENADO, MINISTRO NEGA FALHAS NO ENEM

O ministro Abraham Weintraub esteve no Senado, no dia 11, para esclarecer os erros no ENEM. O titular do MEC manteve a postura de minimizar as falhas. Durante a audiência, a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) sugeriu a implantação de universidades civico-militares, para “coibir atos culturais e de protesto”. Weintraub disse que dá para fazer universidades neste modelo, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), cuja gestão é militar e os docentes, civis. “O governo Bolsonaro vai dobrar o número de vagas no ITA”. Em seguida, afirmou que fez visita à instituição, cujo o campus não tem pichação. Disse que não viu “gente fumando maconha” e que os alunos não morrem por embriaguez e overdose.



ADEUS À MIRIAM LEMLE

Recebemos no momento em que fechávamos esta edição do Jornal, a notícia do falecimento da professora emérita Miriam Lemle, aos 82 anos. Docente da Faculdade de Letras desde 1982, iniciou sua vida acadêmica em 1962, ainda no Museu Nacional, junto ao professor Mattoso Câmara Jr. Depois de concluir seu mestrado em Linguística na Universidade de Pensilvânia (EUA), integrou o grupo pioneiro que organizou o primeiro curso de pós-graduação em Linguística no Brasil. Gerativista renomada, formou várias gerações de pesquisadores, além de trazer para o país outros tantos já consagrados internacionalmente, entre

eles, o próprio Noam Chomsky. Presidente da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística) na década de 1980, dedicou toda sua vida à universidade, onde estudou desde os primeiros anos no Colégio de Aplicação. Graduiu-se na antiga FNF, no curso de Letras Neolatinas. Assim como seu marido, o professor Alfred Lemle, da Faculdade de Medicina, falecido em 2017, participou do movimento docente e permaneceu sindicalizada por toda sua vida. Com ela se vai uma parte importante de nossa história, nos deixa saudades e muitos frutos de tantas sementes plantadas.

ANDES

GREVE A PARTIR DE MARÇO E PERMANÊNCIA NO CONLUTAS MARCAM 39º CONGRESSO

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br



Quase 700 professores, de 86 seções sindicais, participaram do 39º Congresso do Andes. O encontro, em São Paulo, foi o maior dos 39 anos de história do sindicato. Uma das principais deliberações foi a aprovação quase unânime de um indicativo de greve docente para março. A data exata, a pauta e o formato serão definidas por assembleias em cada universidade. Outra decisão que elevou a temperatura do congresso foi a filiação do Andes à Conlutas. Por 255 a 142 votos, foi aprovada a permanência na central sindical. A Conlutas é dirigida pelo PSTU, tem poucas entidades filiadas e defendeu o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Lula e o “fora, Maduro”, na Venezuela. O encontro marcou, ainda, o início do período eleitoral do Andes. Duas chapas concorrem à direção nacional do sindicato, uma da situação e outra da oposição. A eleição será em maio.

ESTREANTES DIVERGEM SOBRE ENCONTRO

> Professora da Letras avalia que Andes precisa se reinventar. Docente da Psicologia gostou dos debates

O maior congresso da história do Andes foi o primeiro para muitos professores. Dos 34 docentes que fizeram parte da delegação da AdUFRJ, doze estrearam no encontro. É o caso da professora Tatiana Ribeiro, da Letras, e do professor Filipe Boechat, da Psicologia.

Tatiana. Ela conta que o formato do evento não foi uma novidade. “É muito parecido com o movimento estudantil. Os assuntos, embora com uma profundidade diferente, até pelo momento político, também são recorrentes”, diz a professora, que foi do movimento estudantil no final da década de 90.

Sobre a dinâmica do congresso, ela avalia que assuntos que demandam maior discussão “acabam ficando pouco atendidos”. “Há quadros (políticos)



TATIANA RIBEIRO (LETRAS) E FILIPE BOECHAT (PSICOLOGIA)

históricos. Pessoas que participam há anos dos congressos. E quem vem pela primeira vez fica um pouco distanciado. A gente precisa arrebatar, ter mais participação dos docentes. Se você não acolhe, não abre a discussão, acaba ficando sempre com os mesmos quadros”, avalia.



Os desafios, para a professora, são muitos. E é preciso “se reinventar”. “Vivemos um quadro de muitos ataques e corremos o risco de ficarmos engessados. É claro que existe uma tradição de atuação que nos dá identidade, mas é preciso pensar em formas de fazer essa luta, ir além da

palavra de ordem”.

Filipe Boechat, professor da UFRJ desde 2018, e candidato da oposição nas eleições da AdUFRJ do ano passado, afirma que o Andes está filiado desde 2010, após anos fora da CUT. “Esperava um espaço democrático e vivo, em que grandes questões que perturbam a nossa categoria fossem amplamente debatidas. E foi isso que vi acontecer”.

Para ele, o sindicato tem forte capacidade de organizar os docentes, o que seria uma motivação para os ataques de quem “despreza o exercício da democracia”. “As discussões nos grupos mistos; as defesas nas plenárias; as conversas, nos intervalos, com colegas de outros estados, tudo isso me mostrou a importância de estarmos organizados e unidos”, conta.

Ele acredita que o congresso o ajudou a ter uma melhor leitura dos desafios do movimento docente. “Contribuiu para uma compreensão maior da realidade. E para que tenhamos uma intervenção mais eficaz nessa conjuntura tão difícil”.

DUAS CHAPAS DISPUTAM DIRETORIA

Duas chapas concorrem às eleições do Andes. As inscrições foram realizadas durante o 39º Congresso. O grupo que apoia a diretoria atual compõe a Chapa 1. Os professores Rivânia Moura, Maria Regina Moreira e Amauri Fragoso candidataram-se à presidência, secretaria-geral e tesouraria. Rivânia Moura é presidente da Aduern e é professora Titular da Faculdade de Serviço Social na estadual. Maria Regina Moreira também

é docente do Serviço Social, na UFSC. Já Amauri Fragoso é professor Associado do Departamento de Física da UFSC.

Pela oposição, o grupo Renova Andes indicou para a Chapa 2 os professores Celi Taffarel, como presidente, Luis Antônio Pasquetti, como secretário-geral e Paulo Opuszka, como 1º Tesoureiro. O grupo político vem ganhando força nos últimos anos – na última eleição, conquistou 42% dos votos.

Celi Taffarel é Titular do Departamento de Educação Física da UFBA. Luis Pasquetti é Adjunto da UnB e presidente da AdUnB. Paulo Opuszka é Adjunto da Faculdade de Direito da UFPR.

A inscrição completa das chapas, com 83 nomes de todo o país, deve ser realizada até o dia 9 de março. As eleições são nacionais e ocorrem nos dias 12 e 13 de maio. O resultado geral deve ser divulgado pelo Andes no dia 18.



À ESQUERDA, Chapa 1, da situação. À direita, Chapa 2, de oposição

MAIOR CONGRESSO DA HISTÓRIA

686 participantes

460 delegados

178 observadores de

86 seções sindicais de todo o país

34 diretores do Andes

14 convidados



GREVE E CONLUTAS

Os cinco dias de congresso resultaram em duas importantes decisões: a greve docente partir de março e a permanência na CSP-Conlutas, central sindical a que o Andes está filiado desde 2010, após anos fora da CUT.

Sobre a greve, os professores decidiram criar uma grande onda, unindo docentes federais, estaduais e municipais. O congresso, no entanto, não definiu uma pauta de reivindicações, o que gerou desconforto entre professores que não são alinhados com a atual diretoria do Andes.

“Eu me sinto despreparada para discutir greve. Parece que basta encontrar a palavra certa que conseguiremos iniciar uma greve. Este deveria ser um esforço de organização da base”, criticou a professora Maria Carloto, docente da Universidade Federal do ABC.

“Era preciso saber como cada seção sindical está discutindo este tema, quais os avanços, quais as dificuldades. E isto não está acontecendo”, continuou a docente. Ela criticou, ainda, a ausência de análises sobre o desmonte da ciência e tecnologia brasileiras. “Nem parece que estamos num sindicato de professores universitários”.

A proposta aprovada prevê um calendário de assembleias nas universidades, que devem ser realizadas até o dia 13 de março. Nelas, os professores irão decidir se aprovam ou não a greve, e como ela se dará. Depois, nos dias 14 e 15, representantes de cada seção sindical se reúnem em Brasília para debater os resultados.

Rodrigo Dantas, da UniRio, ponderou que a greve deve ser de ocupação e não de esvaziamento,

como em períodos passados. “É a primeira vez que estamos diante de um governo que tem por objetivo destruir as universidades brasileiras. Se esvaziarmos as universidades, nós antecipamos o trabalho deles, porque vão fechar as instituições e cortar nossos pontos”.

O caminho, de acordo com ele, é criar atividades permanentes em todos os campi. “A greve deve ter como objetivo garantir a nossa existência. Precisa ter festas, debates, cinema e que a partir de toda essa movimentação, a gente consiga sensibilizar a sociedade”.

CSP-CONLUTAS

Outro debate que mobilizou corações e mentes no Congresso foi sobre a saída do Andes da CSP-Conlutas. A central sindical é dirigida majoritariamente pelo PSTU. Na avaliação de muitos participantes, a central tomou um rumo político equivocado, sem capacidade de articulação suprapartidária, que gerou desgaste e enfraquecimento



dos sindicatos filiados.

Em seu último congresso, por exemplo, a direção aprovou uma resolução negando o golpe de 2016. Negou, ainda, que o ex-presidente Lula seria preso político. No mesmo congresso, engrossou o coro “fora, Maduro” e, na avaliação de muitos docentes, lavou as mãos para a crise que destrói a Venezuela.

Os professores decidiram que o Andes organizará um Conad extraordinário para debater a permanência ou não na central. O encontro deve acontecer no segundo semestre.

Marinalva Oliveira, professora da Faculdade de Educação da UFRJ, aprovou a decisão. “É preciso fazer a avaliação com responsabilidade, levando em conta a história da central. Houve equívocos, sim, mas nenhum em relação aos trabalhadores que ela defende”.

Na avaliação de Felipe Rosa, diretor da AdUFRJ, os temas tiveram discussão “desconexa da realidade”. “Argumentavam que a CSP é de base, mas se 2% ou 3% dos professores já tiveram ouvido falar na central, é muito”, critica.

Em relação à greve, o docente teme a possibilidade de um movimento isolado. “Sem apoio popular, com um governo autoritário, pode ser um erro muito grave”. O formato “engessado” do congresso, para o docente, torna as discussões “estéreis”.



A discussão sobre a CSP, sair ou não sair, é o maior sintoma da fragilidade desse sindicato... Com toda franqueza, a CSP não significa nada para a maioria dos professores das universidades brasileiras.

Nesse congresso estou bastante assustada com o grau de ossificação, de burocratização, com a dificuldade de fazer a discussão política mais significativa e mais importante pra gente (muitos aplausos). Eu gostaria, realmente gostaria de acreditar que estivéssemos num movimento pré-insurrecional, que a gente estivesse à beira do processo revolucionário, do fim do capitalismo, de derrota da burguesia em escala planetária. Lutei por isso a minha vida inteira, mas a gente está num país em que o presidente foi eleito segurando o livro de um torturador, homenageando um torturador da ditadura. E ele conseguiu os milhões de votos que precisava. A gente tem um problema de hegemonia nessa sociedade que é muito diferente do que a gente viveu até hoje. Eu digo até hoje porque sequer no regime militar com toda a

violência proto-fascista a gente não enfrentou um embate ideológico no grau que estamos enfrentando hoje, com resquícios de democracia que ainda temos e com o tamanho da derrota que está se anunciando para as forças de esquerda nesse país. Se a gente não entender a gravidade dessa hegemonia, o quanto ela é diversa de tudo que nós experimentamos - a primeira vez que eu fui num congresso nacional pra discutir movimento, luta, foi em 1979 para reconstruir a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - e se a gente não entender que estamos vivendo um momento completamente diferente de tudo que nós acumulamos na luta contra a ditadura, do que nós construímos em 88 com a Constituinte e do que nós construímos no governo do PT, a gente não vai dar um passo. Eu acho que a discussão sobre a CSP, sair ou não sair, é o maior sintoma da fragilidade desse sindicato, que, com essa conjuntura, com esse quadro, está aqui discutindo numa disputa entre grupos políticos, se sai ou se não sai de uma central que, vocês me desculpem, mas com toda franqueza, não significa nada para a maioria dos professores das universidades brasileiras. É isso que a gente tem que entender. Sindicato forte é sindicato que responde pela sua categoria, pelos 300 mil, porque quando o Andes fala tem que falar pelos 300 mil e não por uma vanguarda revolucionária da classe operária. O que nos faz forte é sermos a voz de 300 mil, mesmo que a voz dos 300 mil não seja a minha, mas seja aquela que se consiga construir, com a unidade, as liberdades democráticas. Para que esse louco não nos leve de novo pros porões, pros choques elétricos, pra cadeiras do dragão. É isso que está em jogo - democracia - e que o Andes consiga construir seu papel histórico, sem estar numa central sindical, mas sim que construa uma grande frente para isso!

ELEONORA ZILLER, em discurso no plenário do Congresso do Andes



O NOVO EQUÍVOCO DE DAMARES



FOTOS: JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

“E, de repente, ignoramos toda essa expertise científica e técnica em prol de iniciativas amadoras, oportunistas e sabidamente não recomendadas pelas sociedades científicas”, completa.

De acordo com a pesquisadora do IESC, a fecundidade entre jovens de 15 a 19 anos vem decrescendo ao longo das últimas décadas no Brasil. Mas não tanto quanto entre os grupos etários subsequentes. A taxa ainda é alta. E, depende de fatores como o nível de renda e escolaridade das famílias e regiões do país.

“No último Censo de 2010, a taxa média de fecundidade ficou em 1,9 filho por mulher, desigualmente distribuída por grupos etários e regiões do país. No grupo de 15 a 19 anos, estamos com uma taxa de 69,9 nascimentos por mil mulheres, o que nos preocupa”, diz Eliane Brandão. Segundo o documento UNFPA – o organismo da ONU responsável por questões populacionais – a taxa mundial é de 48,9 por mil. Nos países em desenvolvimento, é de 52,7 por mil.

DIÁLOGO MAIS EFICAZ

“Acho estranho a escolha pela abstinência. No mundo de hoje, não faz sentido”, opina Julia Almeida, 17 anos. “A minha geração sabe muito mais sobre como se preservar, doenças e essas coisas. Há informações em todos os lugares. Mas acho que a escola ainda é a fonte mais confiável”, afirma a jovem. “A gente conversa muito com amigos e nos grupos. Também tem a ginecologista”.

Para Simone Peres, pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), a proposta de Damares está desconectada da geração digital. “Demonstra um claro distanciamento dos estudos empíricos realizados com adolescentes”, afirma a docente. “Os jovens contemporâneos são o tempo todo interpelados pelo mundo virtual. Eles têm à sua disposição inúmeras fontes de informação e orientação que não passam necessariamente pela mediação das instituições”.

Outra fragilidade da abordagem está na responsabilização individual. “São práticas ineficientes exatamente porque demonstram ser artificiais, ingênuas e inócuas”, aponta.



ABSTINÊNCIA PARA JOVENS

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

“N

ão tem a menor chance de dar certo. Fui pai novo e não foi planejado. Nessa idade, a gente mal escuta pai e mãe.

Quem dirá escutar um governo que manda a gente contrariar nossos hormônios”, avalia Marvyn Castro, 23 anos, pai desde os 17.

Desde o fim do ano passado, o governo Bolsonaro tenta combater a gravidez na

Ministra de Direitos Humanos anuncia campanha contra o sexo para público entre 10 e 18 anos. Jovens e especialistas criticam abordagem

adolescência com uma guerra contra o sexo. A principal arma usada pela ministra da pasta dos Direitos Humanos, pastora Damares, é uma campanha de marketing pela abstinência sexual. O projeto é severamente criticado pelos estudiosos do tema.

Para a professora Elaine Brandão, especialista em juventude e saúde reprodutiva do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC- UFRJ), “responsabilizar adolescentes pela gravidez, incitando-os a se abster de sexo”, sem discutir seriamente as relações e violências de gênero no país, “chega a ser leviano”.

“Levamos anos acumulando experiências na formulação de programas, estratégias, material didático, treinamento de

O AVESDO DO DIREITO

Na visão da docente do Instituto de Psicologia da UFRJ, o que está em jogo é a oferta ou negação da cidadania aos jovens. “Na prática, a proposta da abstinência como estratégia de prevenção da gravidez na adolescência não reconhece os direitos sexuais e reprodutivos, que dizem respeito à possibilidade de homens e mulheres de diferentes inserções sociais tomarem decisões sobre sua fertilidade e saúde reprodutiva”, resume. Ela lembra que a melhor prevenção é aquela que ocorre “através do acesso às informações e aos recursos necessários para implementar suas decisões e cuidados com o corpo”.